



***TERRA PARENTA ANCESTRAL***<sup>1</sup>

***TIERRA PARIENTE ANCESTRAL***

***ANCESTRAL RELATIVE EARTH***

*Maria de Fátima Nascimento Urruth- Kuawá Apurina*<sup>2</sup>

*Jorge Eremites de Oliveira*<sup>3</sup>

**RESUMO**

O povo *Kaiowá* sobrevive ao genocídio em curso no estado do Mato Grosso do Sul. A terra indígena Taquara localizada no município de Juti, Brasil é uma das áreas que vivem em constante conflito e violência onde resistem os corpos dos que sobrevivem naquele território. Terra parenta ancestral demonstra a relação visceral e a importância do modo de viver dos *Kaiowá*. Trazendo as narrativas das mulheres e homens indígenas e as suas percepções sobre a violência que enfrentam cotidianamente pela luta pelo seu modo em busca do bem viver e a relação parental com a terra como parte si mesmo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Kaiowá, Indígenas, Mulheres, Demarcação.

**RESUMEN**

El pueblo *Kaiowá* sobrevive al genocidio en curso en el estado de Mato Grosso do Sul. La tierra indígena Taquara ubicada en el municipio de Juti, Brasil, es una de las áreas que viven en constante conflicto y violencia donde resisten los cuerpos de quienes sobreviven en ese territorio. La tierra ancestral demuestra la relación visceral y la importancia del estilo de vida *Kaiowá*. Trayendo las narrativas de mujeres y hombres indígenas y sus percepciones sobre la violencia que enfrentan a diario luchando por su camino en busca del buen vivir y la relación de los padres con la tierra como parte de sí misma.

<sup>1</sup>Capítulo adaptado da dissertação de Mestrado em Antropologia Cultural, sob o título: Terra, Vida, Justiça e Demarcação Mulheres *Kaiowá* e a luta pela Terra Indígena Taquara, município de Juti, Mato Grosso do Sul, Brasil, defendido em 2018 no Programa de Pós Graduação em Antropologia Cultural pela Universidade Federal de Pelotas.

<sup>2</sup>Mestre em Antropologia e Educação. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS. Brasil.

<sup>3</sup>Doutor em História. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas. RS. Brasil.

**PALABRAS-CLAVE:** Kaiowá, Indígenas, Mujeres, Demarcación**ABSTRACT**

The Kaiowá people survive the ongoing genocide in the state of Mato Grosso do Sul. The Taquara indigenous land located in the municipality of Juti, Brazil is one of the areas that live in constant conflict and violence where the bodies of those who survive in that territory resist. Ancestral land demonstrates the visceral relationship and importance of the Kaiowá way of life. Bringing the narratives of indigenous women and men and their perceptions about the violence they face daily by fighting for their way in search of good living and the parental relationship with the land as part of itself.

**KEYWORDS:** Kaiowá, Indigenous, Women, Demarcation.

A terra é uma parenta no qual reivindicamos vivemos juntos através da demarcação e a efetivação da Constituição Federal brasileira de 1988, pois a permanência de laços de pertencimento e amor é inexorável. Uma grande árvore Terra com centenas de raízes que se conectam como territórios ancestrais e espirituais de uma parentela que une os povos indígenas, estabelecendo uma harmonia com a nossa essência, pois é sanguínea e espiritual as relações sociais e territoriais com a terra. Por isso, o retorno aos *Tekohá* para as famílias *Kaiowá* tratar-se de uma representação essencial da possibilidade de construção de outras formas de viver e procrastinar os sonhos e lutas pelos direitos é permitir que as raízes não se alimentem das águas e tornem-se secas como a terra vermelha contaminada pelo agrotóxico e morte em Mato Grosso do Sul.

A casa grande abrigava muitas famílias, cada família havia o fogo e cada fogo a uma dona, assim se moldavam inicialmente, as histórias narrada pelas mulheres anciãs de Taquara e as relações sociais que se tecem. Havia muitas árvores e remédios

4A territorialidade para nos *Kaiowá* e *Guarani* tem o significado espiritual e material; no *Tekohá* começa a nossa origem, onde nasceu o nosso ser *Kaiowá* e *Guarani*, o *Teko* e a vida e o *há* um espaço, nesse sentido, *tekohá* e uma “aldeia”, onde vivem as pessoas, reúnem-se as famílias; o rezador – *ñanderu* e a autoridade máxima responsável pela organização social, o que ele fala e respeitado e onde todos acatam a decisões, os pais e as mães toda tarde vão para casa de reza, participam de festas tradicionais como cerimonia de milho *jerosy* e *guachire*. Assim, os jovens adquirem boa educação, não andam pelo mal caminho, por que o *ñanderu* ajuda as mães a educar seus filhos e a viver em harmonia (RAMIRES, 2016, p.42).

abundantes, as festas e os rituais eram de dias e as águas sossegadas prosperavam nos rios que cercam o lugar, como fala a *ñandecys* Mama Julia:

Morava também na casa grande, o povo *Kaiowá* sempre morou na casa grande. [...] aqui é a casa grande, aqui mais ou menos morava de 7 a 12 famílias. [...] como que é a identificação dentro da casa? Aqui é a entrada da casa grande, aqui outra entrada, aqui outra entrada. O fogo aqui é uma casa, o outro ali dentro da casa grande, aqui é uma outra família, era assim, tudo era assim. E aqui no meio ficava o pátio da reza, da dança, de reunião (Informação verbal)<sup>6</sup>.

Assim, o aprender transmitidos através das gerações dá-se de modo prático com a vivência, do olhar, do escutar e do compartilhamento das práticas vivenciadas/experimentadas dentro das famílias. A forma de viver *Kaiowá*, a partir de um profundo conhecimento do território, exige que o habitual seja permeado por um constante ensino-aprendizagem nos corpos que resistem ao lugar.

O progresso do papel que falava e escrevia outra língua chegou com a exploração e forasteiros, pessoas estranhas. Oriundas de outros lugares, como podiam ser donas daquele lugar? No papel dos cartórios e o sob a chancela do estado envolvente, diziam: somos dono de Taquara. E para desmanchar as letras deste papel são décadas de luta, pois os que dizem proprietário, disseram serem possuidores há muito tempo, e os *kaiowá* que viviam por gerações no lugar foram esquecidos, não são percebidos como pessoas.

Houve o momento da remoção forçada, confinamento nas reservas<sup>7</sup>, despejos das terras sagradas, jogados na beira da estrada, bem longe de Taquara, que foram aos pouco definhando e morrendo de fome sem terra para plantar e acolher os corpos e pereceram muitos e entre eles e elas as crianças de Isabel.<sup>8</sup>, e outras vidas, de corpos que não sabem onde estão, quando no segundo despejo de Taquara, desenterram os ossos dos dois filhos assassinados do cacique Marcos Veron e encontrar-se em local desconhecido.

A inferiorização dos indígenas em razão das suas identidades no processo de colonialidade observada por Quijano (2005), classificando os povos colonizados a partir de critérios raciais, como os índios e os negros. A inferiorização, que incidiu nos planos

<sup>5</sup> Mulheres anciãs rezadeiras.

<sup>6</sup> VERÓN, Ñhandesy Kunhã Tapedi Vera (Julia Cavalheiro) Gravação de conversa informal pela autora. Juti, Mato Grosso do Sul, janeiro de 2017.

<sup>7</sup> Brand( 1987).

<sup>8</sup> Isabel Veron mãe de duas meninas que foram á óbito por desnutrição.

econômicos, epistêmicos, territoriais e culturais, atribuiu ilegalidade aos costumes da história e cosmovisões das comunidades reprimidas, atribuindo-lhes um suposto retardamento e, em consequência, impondo-lhes o projeto civilizacional do ocidente.

A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terra tenentes brancos em qualquer lugar do mundo. E o menor salário das raças inferiores pelo mesmo trabalho dos brancos, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial (QUIJANO, 2005.p. 120).

A implantação do modelo colonial deu-se pelo SPI- Serviço de Proteção ao Índio, que explorava as madeiras utilizando, logo após a Mate Laranjeira<sup>9</sup> as mãos e o trabalho escravizado dos povos indígenas *Kaiowá*. A desobediência ao sistema implantado sobre as terras indígenas seja nas reservas ou onde viviam desencadeavam punições e perseguições no passado, não diferente da atualidade, a qual as lideranças indígenas e antropólogos e órgãos que atuam na defesa dos direitos indígenas são criminalizadas pelo judiciário. Podemos pensar sobre o conceito de Quijano (2005) não foram superados pela modernidade, mas ganhando outras e novas adaptações nas sociedades emancipadas, demonstrando com isso, que ainda estamos sob a égide do colonialismo, trago isto, a parti da percepção indígena, respeitando outras teorias a respeito sobre o tema. No entanto, no processo que se refere aos povos indígenas no Brasil estamos sob constante ameaça e conflito, além de não possuirmos nenhuma representatividade nas esferas legislativas, judiciária e executiva. Somos considerados estrangeiro-invasores dentro de nossos territórios ancestrais milenares.

A esposa/viúva de Marcos Veron relata sobre a suas inúmeras prisões do esposo, e sobre a prisão em Krenak, onde eram enviados muitos indígenas hostis e desobedientes ao sistema imposto de exploração e violência colonial, e muitos não voltaram para suas

<sup>9</sup>Logo após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), uma companhia brasileira teve 1.902.800 hectares – quase o tamanho de Israel – em terras paraguaias. Para a produção de erva-mate, a Companhia Matte Laranjeira utilizava a mão de obra de camponeses paraguaios e indígenas da etnia Guarani-Kayowá. Eles eram proibidos de deixar os ervais, tendo seu “pagamento” efetuado em mercadorias do armazém da Companhia. Essa condição análoga à escravidão gravou marcas profundas na história da fronteira entre Paraguai e do atual estado do Mato Grosso do Sul.”Disponível em:<https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2017/11/08/no-seculo-19-matte-laranjeira-teve-2-milhoes-de-hectares-no-paraguai/>. Acesso em 17 de Marco de 2017.

famílias na época da ditadura militar no Brasil (CNV, 2014) e as lembranças da época do confinamento e os motivos da *nãndecy* voltar a viver e lutar por Taquara:

Naquela época também dessa retirada de vários indígenas *Kaiowá* das terras indígenas, de seu local de origem, aconteceram várias situações com a nossa família e os parentes, os índio Guarani e *Kaiowá* que resistiu, não queria viver na reserva, muitos índios foram presos, os índios rebeldes, hostil, considerado pela SPI, Serviço de Proteção ao Índio, eles foram presos. Existiu prisões para os indígenas, o Reformatório Agrícola Krenak, em Minas Gerais e outras prisões, foram criado para levar os indígenas rebeldes de todo o Brasil.

Ele foi levado lá nessas duas prisões, o meu marido foi levado também junto com vários *Kaiowá*, e a própria SPI o chamou de índio mau, problema, rebelde, que não queria se integrar. Ele era obrigado a carregar madeira, cortar, retiraram muitas madeiras das reservas. Éramos escravos, fomos perseguidos feito bicho, não entendia muito nada, mas como ia sobreviver com as crianças nas reservas, então eles tiveram que se submeter a isso. Os rituais, as danças, as rezas, tudo era proibido, usar nossas coisas, falar nossa língua (informação verbal).<sup>10</sup>

Os indígenas sofriam dentro do contexto interno e a submissão forçada frente ao abuso da estrutura de poder dos chefes de postos, integrantes do SPI, CNV (2014) que não permitam a livre circulação no território, justificando-se, como mencionado, as retomadas, oriunda de um processo gestado de sofrimento e privações, e mais ainda, quando se percebe que o modo de viver e a própria organização social dos *kaiowá* não mais existiria se continuasse o confinamento, a grande ameaça, ou seja, da não existência da própria vida.

A Comissão Nacional da Verdade-CNV produziu, em 2014, um caderno temático onde apresentar os abusos dos direitos humanos praticados contra os povos indígenas nos anos de 1946 e 1988, informando “uma pequena parcela do que se perpetrou contra os índios”. Neste documento, podemos ler, através das palavras e saber que essas violações estavam ligadas ao cotidiano, Bourdieu (2009), ou seja, ao sistema resultante das políticas estruturais do Estado, que agem como agressor/opressor direto, quanto por omissão. Assim, o caráter permanente das relações dos papéis e instituições sociais ceifaram a liberdade de ação, gerando insegurança e o condicionamento. “Sei que as

<sup>10</sup> VERÓN, Ñhandesy Kunhã Tapedi Vera (Julia Cavalheiro) Gravação de conversa informal pela autora. Juti, Mato Grosso do Sul, Marco de 2018.

reservas é uma área de abate dos nossos corpos e almas, por isso, preferimos morrer do que sobreviver permanentemente lá”, afirma Valdelice Veron indignada.

A terra é parenta ancestral, os outros que desconhecem a relação podem ser estranhos. As injustiças cometidas contra os povos indígenas são muitas, um acinte que podemos observar em Taquara, no qual as lideranças são criminalizadas pelo judiciário e expressam a perseguição jurídica que vivem na fala do Cacique Araldo Veron na reunião de homenagens póstumas a Marcos Veron em 2017:

A perseguição é tão grande que invés de nós ser a vítima nós passa sempre a ser o bandido, por causa da perseguição que eles fazem com nós Então nós aqui, a nossa terra é 9.700 hectare e até no momento como já falamos. Não é mais pistoleiro que vai chegar e matar, é a própria polícia pelo papel que é prender. [...]De uma forma amedrontando, intimidando, do jeito que eles tão fazendo comigo. Eu tenho lá um monte de intimação na polícia civil, estadual, até da federal, se quiser eles vem aqui conversar comigo, falei, porque lá eu não vou, porque a briga é aqui é por causa da terra (informação verbal)<sup>11</sup>

Nesse sentido, cabe observar que os agentes do agronegócio ativam com eficácia os organismos jurídicos que aprofundam o fortalecimento e insegurança, promovendo a criminalização de lideranças e movimentos sociais que estão fora da lógica vantajosa dos empreendimentos, enquanto se mantêm cometendo dolo contra os povos indígenas e extinguindo os territórios. Quadro que se reflete no aumento, nos últimos anos, dos ruralistas que utilizam artifícios para os povos indígenas, além de profissionais da área da antropologia e organizações e pessoas da sociedade civil que de certo modo estão ligados a causa indígena, podemos citar a CPI do CIMI- Conselho Indigenista Missionário, na Assembleia do Mato Grosso do Sul, e a CPI da FUNAI /INCRA, na Câmara.

Desta forma a ideia que ainda estamos nos processos de colonialismo prospera, a sentimento de impunidade permeia a comunidade de Taquara. Os homicidas sem matem livres, como apoio institucional. Em setembro de 2018, o Aty Guasu e o Conselho Terena<sup>12</sup> lançam nota em resposta a situação atual no Mato Grosso do Sul, a respeito do assunto e artimanhas jurídicas e institucionais que caminham a passos largos na tentativa para o extermínio dos povos indígenas *Kaiowá* e *Guarani* de Mato Grosso do

<sup>11</sup>VERÓN, Araldo, Gravação de discurso pela autora, no contexto dos 14 anos da morte do cacique Marcos Verón, Juti, Mato Grosso do Sul, janeiro de 2017.

<sup>12</sup> Nota na íntegra: <https://cimi.org.br/2018/09/conselho-terena-e-aty-guasu-divulgam-nota-publica-contraviolacao-de-direitos-constitucionais-indigenas/>. Acesso em 12 de Setembro de 2018.

Sul. Os povos indígenas enfrentam significativos obstáculos no acesso à justiça, dado a pobreza de bens materiais, barreiras linguísticas e o racismo institucional que permeia o mundo dos não indígenas a respeito de nós.

As dificuldades de acesso à justiça, no sentido *latu* do termo, seja para determinar/exigir os territórios, políticas públicas que garantam e respeitem o modo de ser, ou o mais principal direito de se manterem vivos, se constitui como um dos pilares mais importantes que os condenam a uma série de violações de direitos (FIAN e CIMI, 2016).

O sangue dos *Kaiowá* é a terra, falou Valdelice em um dia de chuva, estamos lutando pela vida de todos. Ela relata a relação com o outro, que não foi percebido como inimigo, mas aliados, a partir da alteridade e reciprocidade e o verbo **retomar** no sentido amplo, que foi transmitido pela oralidade de seus pais e parentes e lembranças:

A gente ri de nós mesmo ou a gente lamenta, dessas lembranças, e vida que a gente ainda leva, que não tem sido fácil. Juntava assim nas reservas e começou a luta pela terra, primeira terra indígena foi o Pirakuá, só que a barreira da língua portuguesa dos líderes eram pouco, o pai falava, o Marçal de Souza Tupa'im falava, que o Marçal de Souza foi levado pela Igreja da missão Kaiowá, e estudou teologia, para ser um missionário. Só que nestas andanças dele, ele encontrou com um amigo do meu pai chamado Darcy Ribeiro, e ele conversou também com o Marçal de Souza, e começou a conversar com o professor Antônio Brand, e foram se juntando no movimento *Aty Guasu* decidiram que a única saída para sair dessa subjugação nas reservas, porque na reserva é área de abate, área de confinamento, subjogado, para sair desse julgo era fazer retomada, não tinha mais outro jeito, a luta pela aprovação da Constituição Federal de 1988, começou tudo nessa época, uma luta que aparece que todo o Brasil começou a mobilização, fui a Brasília, nós mulheres fomos ao lado dos guerreiros. A morte do Marçal, pra nós, foi bastante triste. Disseram 'mataram o Marçal, com um tiro na boca, para nunca mais falar a favor do povo. Foram vários lugares, a gente retomando. A morte de Marçal de Souza deu origem às retomadas com força (Informação verbal)<sup>13</sup>.

Valdelice fala a respeito da relação de Marcos Veron com o cientista social e antropólogo Darcy Ribeiro e amizade com Antônio Brand. Darcy possuía longa experiência como etnógrafo e não considerava a modernidade ocidental a única e ou

<sup>13</sup> VERÓN, Valdelice. Gravação de narrativa pela autora. Juti, Mato Grosso do Sul, janeiro de 2017 e fevereiro de 2018.

autêntica dialética para esclarecer a história e projetar um amanhã melhor; mas senão como uma entre infinitas formas de conviver/experiências/viver no mundo. Analisava o mundo indígena compatível com o desenvolvimento e como um símbolo de resistência cultural, autonomia política e justiça social em um mundo globalizado e diverso. (GUZMÁN, 2009).

Assim, como o/as etnógrafo/as contam as narrativas sobre os indígenas, os indígenas descrevem as suas narrativas sobre eles/elas. Percepção de outra etnografia que ouvi no convívio com as mulheres *Kaiowá*. Valdelice conta que se escondiam na mata, quando chegavam os antropólogos, isso me trouxe as lembranças dos estranhos que chegavam ao seringal Porongaba, nas florestas amazônicas, onde cresci e tínhamos medo de nós levarmos para longe ou da vacinação da Funasa. Sempre tive medo do estranho, o jeito ensimesmado perderam-se com os anos e a ida a escola e a “domesticação” forçada ocidental do corpo e as inúmeras violências que sofri ao longo da vida. As *ñandecy* rezam no amanhecer e alguns dias, e acompanhar fazia parte de uma necessidade espiritual, que de certo modo curava as dores que envolvia o espírito.

A aproximação das mulheres de Taquara em uma realidade bélica e todo o processo de sofrimento que passei ao longo do caminhar trouxe algo além da palavra, mas o sentimento de pertencimento e resistência solidaria com elas que sofrem, podendo constituir uma ação criativa. Uma variedade de princípios que se proporciona como a outra coerência de se lidar com a **Terra e Vida**, não apartando, mas unindo ambas em uma crisalida que renascerá na primavera uma borboleta de esperança, que habita nos corações e espíritos, possibilitando o caminhar- *oguate* em busca do bem viver- *tekoporã*<sup>14</sup>.

### **Violência e morte em Taquara**

*Tekohá* Taquara foi declarada como terra tradicional indígena, na Portaria Declaratória da Terra Indígena Taquara – Portaria nº 954’ emitida pelo Ministério da Justiça em junho de 2010. Após a demarcação e transferência de posse aos Guarani e *Kaiowá*, em agosto seus efeitos foram suspensos por uma liminar (Ministério Público Federal, Procuradoria da República do Mato Grosso do Sul, 2010).

<sup>14</sup> Na língua *Kaiowá* significa Bem Viver.

O acampamento é protegido/blindado por seguranças armados contratados pelo fazendeiro Jacinto Honório da Silva e herdeiros. É comum a circulação noturna destas pessoas, que resulta em grande pressão psicológica contra os indígenas Kaiowá e Guarani. Quando cheguei a Taquara, ainda era luto, pela morte de Nestor, filho de Marcos Veron se suicidou, devido uma surra gravíssima que levou dos capatazes dos fazendeiros que o deixou aleijado, dois outros Caciques, também filhos de Marcos Verón, foram espancados Ládio e Eraldo, e sendo que Valdelice foi vítima de uma emboscada, levando um tiro no braço e Ládio Veron na perna em eventos durante o trabalho de campo desta pesquisa.

Caminhávamos dentro das parcas matas de Taquara, aos pouco Valdelice tornará se próxima e revela-se uma sensível mulher, começou a falar sobre a morte de seu pai Marcos Veron “Ele sabia que iria morrer, disse, ao delegado, que veio com a ordem de despejo, o senhor irá me trazer de voltar para Taquara, e aqui que ficaram os meus ossos.” A sua voz firme e de lamentando sempre a sua ausência, a perda de um ente amado, tira-lhe o pedaço do corpo. As mulheres *Kaiowá* percebem que a única maneira de terem de voltar o modo de vida é lutar pela terra, sendo a terra fêmea dona de toda a vida, os corpos das mulheres indígenas são parte. Assim, a luta pela terra não é somente pelo território, mas uma luta ancestral por si mesma. Mama Júlia mostrou-me documentos desgastados pelo tempo e fotografias antigas que guarda como relíquias de um sofrimento que perdura de outro modo.

“Hoje tenho a palavra/alma que repito sempre **Terra, Vida, Justiça e Demarcação** palavras que meu pai ensinou-me a pronunciar com a sabedoria de um caminho que temos de fazer para conseguir conquistar a terras sagradas que é parenta, um familiar que amamos” Afirma Valdelice Veron em seus discursos dentro das retomadas em Mato Grosso do Sul. “Para mim, não é fácil viver assim, sempre me escondendo. Muitas vezes, penso em desistir, mas não o faço, porque o meu pai morreu por está terra e ela já é demarcada com o nosso sangue. Todas as terras que tem *Kaiowá* e *Guarani* são demarcadas com sangue, é muito triste você ver amigos morrerem na sua frente e nada poder fazer.” Falava Valdelice quando foi me mostrar ervas para fazer remédios, e lembrava-se da sua família extensa.

Dos acampamentos nas beiras das estradas e retomadas a família Veron se multiplicou, hoje se soma mais de 120 netos e netas de Mama Julia e Marcos Veron , além dos filhos e filhas dentro do processos de luta pela terra em Mato Grosso do Sul.

Ñandecy Carmem Mendes fala que se espalham, para que não seja extinto o sangue dos Kaiowá de Taquara. Sempre faço reza para acalmar o coração dos mais jovens e que possam compreender que podemos vencer e afastar os maus espíritos.

Valdelice se lembra de Xurite Lopes<sup>15</sup> a amiga ñandecy que foi assassinada pelos fazendeiros e não pode ser enterrada na terra que nasceu. “Marinalva Jorge<sup>16</sup> que foi a Brasília juntamente com outras lideranças protestar contra o Marco Temporal que os *carai*<sup>17</sup> inventaram para continuar tirando a terra”, dos seus amigos de Universidade Federal da Grande Dourados –UFGD que morreram brutalmente assassinados. Os irmãos que não sabe onde estão os ossos, os dois sobrinhos que morreram enforcados depois do último despejo, as duas sobrinhas que morreram de inanição, o irmão que apanhou dos pistoleiros e depois se enforcou. “Eu não tenho lágrimas para chorar os mortos da família e do povo” disse ela quando fazia o filtro do sonho, que lhe ensinei naquela manhã quente janeiro em Taquara, juntamente com outras mulheres que contavam seus mortos e traziam suas recordações para o coletivo.

Naquele dia, a experiência de compartilhar com as mulheres a confeccionar/fazer o filtro do sonho, que rapidamente, chamaram teia de arranha, mudaram o sentido e o significado do objeto, e quando percebi, outras formas surgiram, como peixe, borboleta e folha. E de repente estávamos todas encantadas nas nossas tramas de barbante e cipó contando nossas histórias. O povo *Kaiowá* se difere do povo Guarani em muitos aspectos, convivi com ambos os povos.

São 06 (seis) cemitérios *Kaiowá* na terra indígena de Taquara. Gerações ancestrais que viveram naquele lugar, vestígios de seus ossos que demarcam a terra com o tempo anterior aos outros que chegaram. A lei federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961 regulamenta sobre os bens patrimoniais e sítios arqueológicos, *ex vie*:

*Art. 2º Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:*

15 [...] Terra Indígena *Kurussú Ambá*, os indígenas decidiram permanecer onde está localizada a fazenda "Madama", cuja posse é de Wilson Vendramini. Após a retomada do pequeno pedaço de terra, no dia 09 de janeiro de 2007, fazendeiros fortemente armados, ocupando vários carros (cerca de 50 pessoas, 12 camionetes, um caminhão e um ônibus) se dirigiram até o local da retomada e, com uso da violência, expulsaram os indígenas do local. Durante a ação, os fazendeiros dispararam vários tiros de arma de fogo contra os indígenas. Diversos indígenas foram espancados, resultando em lesões corporais. Durante as agressões, a indígena Xurite Lopes foi assassinada com um tiro calibre 12 à queima-roupa. Xurite era a rezadora do grupo (*Nhandesi*) e a mais velha da comunidade, com 70 anos. Ela foi testemunha da expulsão dos *Kaiowá-Guarani* de Kurussú Ambá, tendo nascido naquela área.” Disponível em <https://terrasindigenas.org.br/noticia/83315> Acesso em 19 de setembro de 2018.

16 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1544071-lider-indigena-e-assassinada-apos-participar-de-protesto-no-stf.shtml> Acesso em 01 de outubro de 2018.

17 Nome que os *Kaiowá* denominam o não indígena.

c) os sítios identificados como **cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado** ou de aldeamento, "estações" e "cerâmios", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleontográfico

Assim, sendo, importa para etnografia Kaiowá de Taquara o conhecimento a respeito da localização dos cemitérios e o tempo. A respeito do assunto, conversei com a mulher mais velha do *Tekohá*, *ñandecy Carmem*, 81 anos, que informou que se lembra da sua avó idosa Marcelina de aproximadamente 90 anos falando sobre os cemitérios de Taquara, que as famílias grandes tinham o seu local de sepultamento, pois não podia-se misturar tanto, porque se houvesse tanta mistura, uma alma que assombrava, podia trazer maldição a todo o *tekohá*.

Sabemos que o luto em Taquara, se dá pela plantação do milho em cima da cova ou na proximidade do local do corpo, algo que demora meses, pois segundo relato de *Xandui* uma das mulheres kaiowá que convivi, “plantar-se o milho, somente na colheita que o luto é terminado para a família da pessoa falecida”. Os cemitérios são antigos, poderiam ser somente lembrado quando se faz necessário para os rituais de enterro, é algo que deveria ser esquecido.

No entanto, dado as novas configurações de luta pela terra em Mato Grosso do Sul se faz necessário, apontamentos a respeito do assunto, para melhor demarcar historicamente a materialidade da vida e morte e a história dos indígenas em Taquara antes da chegada da colonização e formulando contribuições as narrativas do empoderamento das palavras das mulheres e homens que vivem no território. Conforme descreve Eremites (2016) a cerca do assunto, corroborando com as falas das mulheres *Kaiowá* de Taquara a respeito dos cemitérios e morte e as mudanças:

Conforme é conhecido no âmbito da Etnologia e da Etno-história sobre os povos indígenas de língua guarani, sabe-se que os Guarani e Kaiowá acreditam que possuem duas almas, uma carnal, chamada de *angue* ou *anguery*, e outra espiritual, denominada *ñe'e* (MELIÀ *et al.*, 2008 [1976]; EREMITES DE OLIVEIRA, 2007; EREMITES DE OLIVEIRA & PEREIRA, 2009). A alma carnal, cujo espectro permanece com o defunto, não deve ser lembrada amiúde ou ter seu túmulo profanado por meio de escavações ou buracos feitos por seres humanos e animais. Se isso acontecer, o *angue* virá à tona e trará más influências à saúde e à convivência social dos membros da comunidade. Por isso, os lugares onde os mortos foram sepultados, sobremaneira aqueles em que foram enterradas lideranças religiosas, como os xamãs (*ñanderu* ou *ñandesy*), não são espaços por eles

venerados. Pelo contrário, geralmente permanecem no passado e quase que apagados da memória dos vivos. Contudo, por conta dos conflitos pela posse de territórios indígenas no estado, antigos cemitérios passaram a ser visitados com mais frequência pelos Guarani e Kaiowá, haja vista a necessidade de preservá-los como locais sagrados, herança cultural e prova material da ocupação tradicional (EREMITES, 2016. p.142).

A herança cultural e material da presença dos *Kaiowá* podem ser percebidos nos locais sagrados (cemitérios, locais de reza na mata), que deveriam ser esquecidos, mas não poderão mais ser, pois no mundo dos papéis, as palavras precisam falar, como disse Marcos Veron para a filha Valdelice na beira da estrada, após o despejo violento, quando pediu estudar ela e seu irmão mais velho o hoje Cacique Ládio Veron: É preciso fazer o papel falar. Recorro à leitura de Ferreira (2010) que aponta uma reflexão crítica a respeito do assunto, sobre a colonização e os instrumentos que se utilizou a respeito do assunto:

A Arqueologia, como ciência geográfica, deveria ajudar a interiorizar a civilização e a civilizar as populações indígenas. Mas civilizar é, neste contexto, eufemismo para colonizar; pensar os meios para fundar um contrato social com os indígenas significava assegurar a ocupação e expropriação de terras e circunscrever geopoliticamente o território nacional (FERREIRA, 2010, p.18).

Entretanto os avanços que a arqueologia tem feito ao longo do tempo, nas contribuições para os povos autóctones são importantes, e o papel se faz fundamental para demonstrar o pertencimento e a relação que é sanguínea com a terra. Mesmo com vários problemas burocráticos e de esferas governamentais, a arqueologia tornar-se fundamental, para demonstrar a existência/efetividade/aplicabilidade dos territórios indígenas através da ciência positivada dos cariús<sup>18</sup>.

A morte em Taquara não é assunto proibido. Não há uma naturalidade em tratar os fatos que aconteceram e poderão vim acontecer. No entanto, o silêncio do lugar à noite, muitas vezes é um prenuncio de medo. A comunidade vive um trauma coletivo, não é um vitimíssimo, mas uma realidade que é obrigada a conviver/sobreviver. Pois, até o presente momento da escrita deste trabalho, ainda não tinha sido homologada as terras de Taquara.

<sup>18</sup> Denominação na língua indígena *Apurinã* de não indígena.

Entendo que o Povo *Kaiowá* e as mulheres guerreiras de Taquara são fortes para continuarem lutando pelas suas vidas e comunidade com sabedoria e espiritualidade da nossa mãe Terra. A morte respira em Mato Grosso do Sul contra os Povos Indígenas, e posso afirmar, do lugar de fala, que é muito perigoso ser indígena no Brasil e mais ainda naquelas terras vermelhas.

### **Em busca do bem viver**

Os passos que carregam nomes e cantos e crenças. Cercados e violadas no deserto da soja, boi e cana exilado. Caminhando no ritmo da morte ciente de que, talvez, seus olhos e suas bocas já não possuam capacidade no futuro de retratar e relatar tudo o que houve ou tudo. O que há apontam-se câmeras como lhes apontam armas na esperança de recordar o horror que não finda persecutório. O asco que apenas paira para os ausentes, mas que desfragmenta espinhas dorsais na Taquara. Dentro de si esses seres trazem uma pureza inconcebível que inunda até os pulmões do carrasco assassino que a fome e chacina fazem juras de um dia dissipar.

A busca do bem viver em Mato Grosso do Sul não é uma ideia, é um sonho possível que crianças adormecidas descrevem ao céu da ema e a esperança de paz. Os espíritos voltam para as terras de retomadas, sabem que podem habitar naquele lugar, pois foram expulsos junto com os indígenas nos esbulhos. E a terra abrigará seus corpos quando não mais habitarem Taquara.

### **Referências**

BRAND, Antonio Jacob. **O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da Palavra**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

BRAND, Antonio Jacob. **O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1993.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília: Senado Federal/ Centro Gráfico, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, Vozes, 2009.

CAVALCANTE, Thiago Leandro V. **Colonialismo, território e territorialidade: A luta pela terra dos Kaiowá e Guarani do Mato Grosso do Sul**. Tese (doutorado em História) UNESP. Assis. 2013.

CIMI, Conselho Indígena Missionário. **Massacre De Caarapó: Dossiê sobre o genocídio Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul**, 2016. Disponível em <http://cimi.org.br/massacredecaarapo/> Acessado em 11 de março de 2017.

CNV – **COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE**. Violações de direitos humanos dos povos indígenas, Relatório, volume II, textos temáticos, Brasília, 2014.

DINIZ, Debora. **Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa**. Ed: Letras Livres. Brasília 2012.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. LIMA, Edilene C. de, Remoções forçadas de grupos indígenas no Brasil Republicano. **MEDIAÇÕES - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, v. 22, p. 13, 2017. Acesso em 20 de maio de 2018.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. ESSELIN, Paulo. **Para compreender os conflitos entre fazendeiros e indígenas em MS**. <https://www.campograndenews.com.br/artigos/para-compreender-os-conflitos-entre-fazendeiros-e-indigenas-em-ms> . Acesso em 12 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. Conflitos pela posse de terras indígenas em Mato Grosso do Sul. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.68 n.4, 2016. Disponível em [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252016000400002&lng=pt&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000400002&lng=pt&nrm=iso) Acesso em 01 de mar. 2017.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. Etnoarqueologia, colonialismo, patrimônio arqueológico e cemitério Kaiowá no Estado do Mato Grosso do Sul- Brasil– **Revista de Arqueologia**. Volume 29, nº 1. 2016: 136-160.

\_\_\_\_\_. **Sobre os conceitos e as relações entre história indígena e etnohistória**. Prosa. Uniderpjun. 2003. v. 3, n. 1, p. 39-48.

**Território primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)**

FERREIRA, Lucio Menezes. **Território Primitivo. A institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)**. EDIPUCRS, São Paulo. SP. 2010

PEREIRA, Levi M. **Parentesco e Organização Social Kaiowá**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UNICAMP, Campinas, SP:1999, 251p.

\_\_\_\_\_, Levi M. **Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Guarani/Kaiowá Taquara**. Portaria Nº 140/PRES/FUNAI – BRASÍLIA-DF, 2005.

PIMENTEL, S. **Cosmopolítica kaiowá e guarani: Uma crítica ameríndia ao agronegócio** Revista de Antropologia da UFSCar, v.4, n.2, jul. Dez., p.134-150, 2012.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**; CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

RAMIRES, Lídio Cavanha. **Processo Próprio de Ensino-Aprendizagem Kaiowá e Guarani na Escola Municipal Indígena Ñandejara Pólo da Reserva Indígena Te'yikue: Saberes Kaiowá e Guarani, Territorialidade e Sustentabilidade**. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2016. 118p.

---

Recebido em setembro de 2019.

Aprovado em outubro de 2019.

Revista  
**Diversidade**  
e Educação